

PROGRAMA DE MANEJO Mamirauá é usada como laboratório

Documentação

Fonte: *A Crítica (Cidades)*

Data: *5/11/2002* Pg. *06*

Class.: *OPR00011*

Um programa de manejo de pesca comunitário em vigor na reserva Mamirauá desde 1999 começa a ser visto como a base de um mercado sustentável para todo o Estado do Amazonas. A reserva Mamirauá foi escolhida como laboratório pelo coordenador do "Programa de Comercialização de Pesca", o engenheiro de pesca José Maria Batista Damasceno, que divide a tarefa com outro coordenador, desta vez do Núcleo de pesca da reserva, o biólogo João Paulo Viana.

O resultado foi tão positivo que em 1999 existia cerca de 2 mil peixes da espécie do pirarucu, objetivo principal do programa, na área chamada Jarauá, que abrange 50 lagos, enquanto este ano aumentou para 12 mil. Em vista disso, países vizinhos como Guiana Inglesa e Peru também resolveram adotar o projeto.

Mamirauá fica entre os rios Solimões e Juruá, começando no Município de Alvarães e terminando no de Jutai. Uma área total de 1.124 milhão hectares, sendo que a atividade já atendeu 260 mil hectares, informa Damasceno. "Nessa área são 62 comunidades, cerca de 6 mil habitantes, divididas em setores que abrangem entre quatro e 15 comunidades", explica o engenheiro.

O plano piloto envolveu apenas 120 pescadores pertencentes a quatro comunidades em Jarauá. Desde então, 18 comunidades e a colônia de pescadores de Maraã, com mais 200 ribeirinhos, ingressaram no processo.

CRITÉRIOS DE PESCAS SÃO ADOTADOS PELOS PESCADORES DA ÁREA E VIZINHOS, ALÉM DE RIBEIRINHOS

Damasceno explica que manejo de pesca é o mesmo que estabelecer critérios de uso dos recursos pesqueiros, entre eles organização dos pescadores, utilização de utensílios de pesca adequados às espécies exploradas, respeito ao defeso reprodutivo, respeito ao tamanho mínimo de algumas espécies estabelecidas por lei. Damasceno informa que Mamirauá recebeu autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para desenvolver a atividade de pesca do pirarucu, proibida no Estado do Amazonas desde 1996.

O diferencial aprendido pelos pescadores foi o trabalho de contagem visual, aproveitando o conhecimento tradicional dos ribeirinhos. "Eles fazem uma avaliação da quantidade de peixes quando eles bóiam para respirar", esclarece. Além disso, os pescadores também conseguem estimar o tamanho, o peso e a quantidade de peixes que existe nos lagos. E por meio da contagem é estabelecida uma cota chamada de sustentada para cada espécie, avisa. "O resultado do manejo é inédito no Estado do Amazonas e tivemos resultados surpreendentes."

Cota de 120 peixes

De outra forma, no primeiro ano do programa a cota de pesca anual permitida era de 120 peixes adultos, o que equivale a três toneladas de manta fresca. "O tamanho mínimo estabelecido por portaria do Ibama para a pesca do pirarucu é em torno de 1,5 metro e peso de 28 quilos." Damasceno lembra que a determinação não agradou muito os pescadores, que costumavam capturar clandestinamente em torno de 20 toneladas anuais de pirarucu, de todos os tamanhos.

"Os estoques estavam se esgotando, mas eles pensavam que a economia seria afetada." O engenheiro comenta que apesar de perda, o programa prevê buscar mercado que pague melhor. "Em 99, eles vendiam o quilo de R\$0,80

a R\$ 1 e, hoje, a R\$ 8." Seis meses após o início do manejo, os pescadores realizaram a primeira despesca, que aconteceu de junho a novembro. Em 2001, foram 200 mil peixes, o mesmo que cinco toneladas, e este ano, 500 mil, equivalente a 15 toneladas.

O programa, na opinião de Damasceno, pode ser expandido para outras áreas do Estado, ensinando o ribeirinho a trabalhar de forma legal com o pirarucu e criar oportunidade de recuperação do estoque de pescado do Estado, como tem sido feito na Guiana Inglesa e no Peru. Este último receberá a visita da coordenação de Mamirauá, mais uma vez, na segunda quinzena de janeiro de 2003 para intensificar o trabalho.